

Sereno de temporizzato

2003



Termo de Compromisso

Os líderes abaixo assinados, assumem através deste termo, o compromisso de viabilizarem no Orçamento da União para 2002, a previsão de RS 100 milhões destinada a viabilizar o acordo entre o MEC e a direção do ANDES e da SINASEF, com o objetivo de dar solução à greve que paralisa as universidades federais.

Brasília, 31 de outubro de 2001

[Assinatura]
Câmara dos Deputados
PPR

[Assinatura]
PPS

[Assinatura]
Vice-líder - PL

[Assinatura]
PPR

[Assinatura]
PPB

[Assinatura]
PDT

[Assinatura]
PSB/PE

2) PROPOSTA DO MEC AO ANDES E AO SINASEFE

Considerando esta análise e a reunião de 24 de outubro de 2001, realizada com a presença do MEC, ANDIFES, CONCEFET, ANDES, SINASEFE, SINASEFE e parlamentares, o MEC apresentou ao ANDES e ao SINASEFE a seguinte proposta;

1. A escolha de uma ou da combinação de mais de uma das opções abaixo, com base nos recursos financeiros já garantidos pelos parlamentares em negociação com Executivo, no valor de 250 milhões de reais. Comprometeram-se os senhores parlamentares presentes a esforçarem-se para obter um montante suplementar de 100 milhões de reais, que ainda serão negociados na tramitação do Orçamento da União de 2002, em análise no Congresso Nacional. As opções seguintes:

- 1.1. percentual de reajuste da GED e da GID;
- 1.2. incorporação de percentual da GAE aos vencimentos;
- 1.3. extensão de 60% da GID aos inativos e pensionistas
- 1.4. utilização de recursos obtidos, visando mudanças nas tabelas de vencimentos dos docentes;
- 1.5. equiparação dos valores da GID aos da GED, para os docentes de 1 e 2 graus com mestrado e doutorado.

2. Garantia de que as contratações de docentes em 2002 se façam sob RJU;

3. Estabelecimento de cronogramas de concursos para professores de 1 e 2 graus e do Ensino Superior, em 2002, a serem contratados sob RJU.

4. Garantia da instalação dos Grupos de Trabalho já acordados com o ANDES e o SINASEFE.

Para que os parlamentares possam observar os prazos de tramitação e votação do Orçamento da União 2002, no Congresso Nacional, é fundamental que o ANDES e o SINASEFE proponham à consideração das Assembléias dos docentes das IFES INDICATIVO DE RESPOSTA IMEDIATA À PROPOSTA APRESENTADA PELO MEC.

O MEC faz um apelo às assembléias de docentes das IFES para que considerem, em suas deliberações, a extrema exiguidade dos prazos com que contam os parlamentares para as negociações de rec. para Orçamento da União destinados ao MEC.

O MEC reafirma aos docentes sua disposição de imediata liberação dos recursos para pagamento dos salários do mês de setembro, tão logo haja o indicativo de suspensão da greve, acompanhado da data de retorno ao trabalho e do compromisso de reposição das aulas do 2º semestre letivo.

Brasília, 24 de Outubro de 2001.

O Ministério da Educação vem a público relatar os últimos desdobramentos das negociações e entendimentos em relação à paralisação que afeta as Instituições Federais de Ensino.

- 1- No dia 09 de outubro realizou-se reunião no Gabinete do Ministério com a presença das lideranças de todos os partidos - da situação e da oposição - e representantes de entidades de professores e servidores.
- 2- As lideranças parlamentares se comprometeram a procurar remanejar dotações na proposta orçamentária para 2002, de modo a conseguir viabilizar até R\$ 400 milhões a mais para atender a algumas das reivindicações dos servidores e professores. Esses recursos se somariam aos R\$ 350 milhões já reservados pelo Executivo na proposta orçamentária para atender aos servidores. Os Parlamentares afirmaram que esse seria um teto máximo dado que esses recursos competiriam com outras alternativas como o aumento do salário mínimo e o reajuste geral do funcionalismo.
- 3- Utilizando a distribuição sugerida pelos Parlamentares dos R\$ 400 milhões - R\$ 150 milhões para servidores e R\$ 250 milhões para docentes - o MEC elaborou proposta para a FASUBRA para a incorporação da GAE - Gratificação de Atividade Executiva e que teria um custo anual de R\$ 500 milhões.
- 4- A proposta foi objeto de discussão com a direção da FASUBRA nos dias 14 e 15 de outubro. Apesar de avaliá-la positivamente, a direção da entidade condicionou o chamamento ao final da greve à aprovação da lei pelo Congresso e sanção do Presidente da República, o que tomaria algumas semanas como tempo mínimo. Entende o MEC que esta é uma atitude de intransigência por parte da entidade.
- 5- Em relação aos docentes o Ministério preparou alternativas e com base nos R\$ 250 milhões que seriam viabilizados pelo Congresso, tem condições de oferecer aos professores um reajuste de 30% na GED - Gratificação de Estímulo à Docência e na GID - Gratificação de Incentivo à Docência. Uma eventual incorporação da GAE para os professores teria um custo adicional de R\$ 400 milhões que, segundo as Lideranças Parlamentares, seria impossível remanejar o orçamento de 2002. Entretanto não tem o MEC até o momento notícias de disposição do ANDES para sentar-se à mesa de negociações com alguma proposta clara.

Brasília, 16 de outubro de 2001.

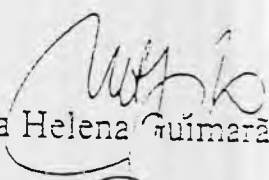
Paulo Renato Souza
Ministro da Educação



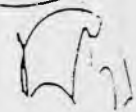
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior

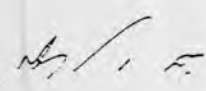
Proposta do Ministério da Educação apresentada em reunião de 17/10/2001 com a participação da Secretaria da SESu, ANDIFES, Parlamentares, FASUBRA, SEMTEC, SINASEFE e CONCEFET.

1. Manutenção das contratações pelo Regime Jurídico Único.
2. Apresentação de Projeto de Lei ao Congresso Nacional de incorporação de 100% da GAE, utilizando recursos limitados a R\$ 500 milhões, com vigência a partir de 1º janeiro de 2002, conforme compromisso assumido por Parlamentares e lideranças partidárias em reuniões com o MEC, a FASUBRA e o SINASEFE.
3. O Projeto deverá garantir:
 - a. O benefício a todos os ocupantes de cargos ou empregos técnicos administrativos e marítimos das instituições federais de ensino;
 - b. Retomada da progressão por titulação prevista na Lei 7.596/87.
4. Formação de grupo de trabalho para definição de projeto de rehierarquização, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos, e consequente envio de Projeto de Lei ao Congresso Nacional.
5. Formação de grupo de trabalho para definição de plano de reposição de pessoal e calendário de sua implementação.
6. Atualização da resposta da SESu a pauta de reivindicação da FASUBRA em 18/10/01, que deverá compor o acordo final da greve.
7. Pagamento dos salários tão logo haja a indicação da suspensão da greve por parte da FASUBRA, seguida da instalação dos grupos de trabalho acordados na reunião do dia 26/09/01.


Maria Helena Guimarães de Castro


E. Nêga Senise


LUIZ ROBERTO


JOSÉ LUIZ DA SILVA

Entretanto, para espanto geral, no momento da assinatura do acordo, em 31/10/2001, o MEC retira a proposta alegando que o líder do PSDB, Arnaldo Madeira, comunicara que não mais garantiria os recursos necessários. Após esse fato, reúne-se o presidente Fernando Henrique com vários ministros e deliberam por reconsiderar a proposta, especialmente no item de incorporação da GAE, retornando à proposta inicial do MEC de reajuste na GED, restabelecendo o impasse.

As assembleias da ADUnB apresentaram sucessivas alternativas à incorporação da GAE, muitas delas originadas do próprio Comando Local de Greve. Levadas ao CNG/ANDES-SN, essas propostas foram minoritárias, a exemplo do que ocorreu com propostas de outras AD'S. É importante ressaltar que o CNG/ANDES, mantendo seus procedimentos democráticos de deliberação, seguiu o resultado da maioria das Assembleias. Além disso, as decisões do CNG/ANDES foram balizadas pelas avaliações resultantes da intensiva ação junto aos parlamentares. Não se pode negar que, ao protocolar a minuta de acordo no MEC, o Movimento deu inequívoca demonstração à sociedade de sua disposição em negociar e de que a intolerância estava no governo. Evidências disso aparecem nas sentenças dos ministros Gilson Dipp (STJ) e Marco Aurélio Melo (STF), ambas proferidas a nosso favor.

Um movimento social como o nosso é bem ou mal sucedido segundo sua capacidade de conquistar a opinião pública, elemento fundamental para forçar o MEC a retomar as negociações. Agora, portanto, é fundamental que a população compreenda as motivações do Movimento, com a mesma clareza com que o Legislativo e o Judiciário a perceberam. Considerando o pouco acesso aos meios de comunicação, a nossa proposta deve necessariamente ser simples. Para tal, a alternativa mais efetiva aos professores é exigir que o Governo Federal honre a proposta assinada, ao mesmo tempo em que nos comprometemos publicamente a voltar ao trabalho, caso a proposta seja honrada. Tal mensagem à população é, sem dúvida, a mais eloquente, por sua extrema simplicidade: assinar o negociado, cumprir o acordado. Nada demonstra melhor a diferença ética das partes. Portanto, o Comando Local de Greve indica:

- 1. PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE ACORDO PROTOCOLADO.**
- 2. PELO ENGAJAMENTO DOS PROFESSORES NA DIVULGAÇÃO DE NOSSAS POSIÇÕES.**

PROPOSTA DO CLG À ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUnB-SSind DE 14/11/2001

A presente greve resultou da tomada de consciência de que as instituições federais de ensino são objeto de deliberado e planejado desmonte. Mesmo todo o esforço de captação de recursos de fontes alternativas mostrou-se inócuo. Hoje, a universidade dispense crescentes recursos com funcionários nas vagas de aposentadorias e Programas de Demissão Voluntária, cuja irresponsabilidade ultrapassa os limites do inacreditável. Os baixos salários têm levado ao progressivo esvaziamento dos nossos quadros. Por outro lado, o governo usa vultosos recursos oficiais do BNDES para financiar Escolas Privadas de 3º grau.

No início da greve, nossa pauta contemplava o reajuste salarial para compensar perdas inflacionárias e medidas urgentes para viabilizar o funcionamento do sistema federal de ensino.

Depois quase dois meses de greve, o Ministério da Educação ofereceu o que não havia sido pedido: aumento na Gratificação de Estímulo à Docência, proposta rejeitada por todas as AD's. O ministério e o Comando Nacional de Greve flexibilizaram suas posições, o que permitiu o surgimento de propostas intermediárias. Dessa negociação, resultou um termo de acordo com os docentes, que incluiu a incorporação integral da GAE. Esse item já havia aparecido, por iniciativa do Governo, na "proposta do Ministério da Educação apresentada em reunião de 17/10/2001, com participação da Secretária da SESU, ANDIFES, FASUBRA e SEMTEC, SINASEFE e CONCEFET e Parlamentares". Entre seus sete pontos, o segundo oferecia a "Apresentação de Projeto de Lei ao Congresso Nacional de incorporação de 100% da GAE, utilizando recursos limitados a R\$ 500 milhões, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, conforme compromisso assumido por Parlamentares e lideranças partidárias em reuniões com o MEC, a FASUBRA e o SINASEFE." A proposta veio com as Armas da República, timbre do Ministério da Educação e assinatura da Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, entre outras (ver Anexo 1). Dessa proposta inicial resultou a incorporação da GAE para os servidores, que foi encaminhada pelo MEC ao Congresso, aprovada e sancionada pela Presidência da República em 31/10/2001.

Na negociação com os professores, o MEC negou-se a discutir a incorporação da GED alegando ser esse um ponto de honra, mas flexibilizou na questão da incorporação da GAE (ver nota do Min. Paulo Renato, de 16/10/2001 e relatório da reunião MEC/ANDES, de 24/10/2001, Anexos 2 e 3). O CNG/ANDES, visando alcançar um acordo, passou a trabalhar no sentido da incorporação da GAE. Como os obstáculos alegados eram de ordem orçamentária, o CNG/ANDES realizou um intenso trabalho no Congresso Nacional, que resultou num termo de compromisso dos líderes de todos os partidos para viabilizar os recursos para a incorporação da GAE (Anexo 4).